# USOS E DESUSOS DOS PPPs: UMA ANÁLISE SOBRE A REDE MUNICIPAL DO CAPÃO DO LEÃO

ANNELISE COSTA DE JESUS[1]; MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO[2]

[1]*Universidade Federal de Pelotas – annelise_cj@hotmail.com*
[2]*Universidade Federal de Pelotas – mauro.pino1@gmail.com*

## 1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira vem sofrendo reformas cunhadas no gerencialismo econômico e embasadas em ideologías neoliberais que visam enfraquecer a continuidade da escola pública no país (LIMA, GANDIN, 2012). Diante disso, a burocratização, o controle do ensino, e os interesses mercadológicos vêm, cada vez mais, ditando mandos e desmandos às práticas pedagógicas, ao fazer docente, e às relações existentes nos espaços escolares.

Apesar dos avanços legislativos que vêm ocorrendo desde a conquista do ensino gratuito e de qualidade, na Constituição Federal de 1988; com a criação do Projeto Político Pedagógico (PPP), na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, é fato que nosso país está muito distante de possuir uma educação pública de qualidade, conforme relatório de monitoramento do Plano Nacional de Educação (CNDE, 2020).

O PPP entra nesse cenário como um instrumento de planejamento e de participação da comunidade justamente para que o excessivo controle estatal estabelecido sobre as escolas pudesse encontrar nesse documento, ou melhor, na construção escolar coletiva desse documento, uma forma de resistência ao controle mercadológico e estatal. Assim, o PPP serviria como alicerce para que professores, profissionais da educação e comunidade escolar pudessem ser amparados e norteados em suas próprias metas e objetivos de ensino-aprendizagem, de forma crítica e produtiva socialmente (VEIGA, 2002).

Visando compreender os usos e desusos do PPP na rede municipal do Capão do Leão, temos como objetivos específicos do projeto “O PPP no cotidiano escolar: usos e desusos” investigar a relação do PPP com a vida escolar, contribuir no resgate dos fundamentos do PPP e, como recorte deste trabalho, identificar quando os PPPs das escolas são consultados, quem os consulta e quais são as motivações dessas consultas.

Através de contato telefônico com as 13 escolas municipais da rede do Capão do Leão, obtivemos o e-mail dos 65 profissionais selecionados para participar da pesquisa. Destes, 24 responderam ao questionário eletrônico elaborado pelo GIPEP/UFPel (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública da Universidade Federal de Pelotas), grupo que deu inicio à pesquisa em agosto de 2020.

A seguir, apresentamos as fases da pesquisa e a metodologia utilizada para análise dos dados do trabalho.

## 2. METODOLOGIA

“O PPP no cotidiano escolar: usos e desusos” é um projeto de pesquisa *online* que surgiu como atividade acadêmica para o calendário alternativo da FaE/UFpel em agosto de 2020. A proposta foi criada como alternativa ao cancelamento das

aulas presenciais em decorrência do Covid-19. Contou com a participação de estudantes de graduação, pós-graduação e gestores da SMECD (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto) do Capão do Leão.

A primeira fase da pesquisa visou uma ação de estudos com pesquisa bibliográfica, sistematização de textos e legislações acerca dos PPPs que foram sendo atualizadas e compartilhadas entre participantes através da plataforma Moodle/UFPel. Em contato com a SMECD foram reunidos os PPPs das 13 escolas da rede municipal do Capão do Leão, sendo três escolas de Educação Infantil, sete escolas de educação fundamental da zona urbana e três da zona rural. Esses documentos foram recolhidos para análise e pesquisa em diálogo com a literatura, estando essa etapa ainda em andamento.

A segunda etapa da pesquisa, e recorte para este trabalho, visou, através de um questionário eletrônico elaborado na plataforma *Google-forms*, entrar em contato direto com as profissionais da rede. A escolha dessas profissionais baseou-se nos cargos ocupados dentro das escolas: direção (1), coordenação pedagógica (1) e professoras (3). Estas últimas foram selecionadas de acordo com o tempo de docência na escola da rede, sendo uma professora mais nova, uma intermediária e uma mais antiga, para que assim pudéssemos ter uma visão mais ampla dos contatos e participações dessas profissionais com os PPPs ao longo dos anos.

O questionário contêm 28 questões que versam sobre: identificação pessoal e profissional (5); vínculo com a rede de ensino (6); informações sobre PPP (13); Educação Ambiental (2); interesse em participar de rodas de conversa sobre o PPP (1); e espaço para observações e comentarios (1).

Nossa investigação está baseada na Análise de Conteúdo de BARDIN (1977), com a qual realizamos a categorização das repostas ao questionário, criando o *corpus* do trabalho. Baseados em uma metodología quali-quantitativa, apresentamos a seguir os achados de nossa pesquisa em diálogo com a literatura.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as devoluções ao questionário, 100% das participantes são do gênero feminino. Das 24 participantes, 17 estão na faixa entre 40 e 60 anos de idade, sendo as idades máxima e mínima de 60 e 29 anos. Residem, a grande maioria (14), na cidade de Pelotas. Apresentam um grau elevado de preparo para atuação na rede, 19 possuem especialização e 3 possuem mestrado, sendo o menor nível de escolaridade relatado por uma graduanda em Pedagogia.

Houve participação das profissionais de 11 das 13 escolas da rede Municipal do Capão do Leão, com uma média de participação de 2 profissionais para cada unidade. No que se refere ao cargo ocupado nas escolas, também há um equilibrio de participação entre diretoras (6), coordenadoras pedagógicas (8) e professoras (10), com atuação desde a Educação Infantil até o 9º Ano do Ensino Fundamental. As profissionais, em sua grande maioria (19), apresentam tempo de atuação docente superior à 10 anos. O mesmo ocorre com o tempo de atuação na rede municipal do Capão do Leão e na escola que estão vinculadas atualmente.

Em relação às questões sobre o PPP, indagamos se as profissionais já haviam lido o documento, 19 alegaram terem lido o PPP na íntegra, três alegaram ler parcialmente, e apenas duas afirmaram que não leram o documento. Embora tenha sido demonstrado um interesse, pela maioria das profissionais, em relação ao PPP de sua escola, quando indagamos sobre questões diretas sobre o PPP, muitas não souberam responder. Como é o caso da pergunta sobre o ano de elaboração do primeiro PPP de suas referidas escolas: 14 alegaram não saber e

quatro relataram ter sido no ano de 2011. As outras profissionais citaram ainda os anos de 2019, 2003 e o ano 2000. O mesmo ocorre em relação à pergunta sobre quem participou da elaboração dos PPPs: 14 profissionais alegaram não saber e seis relataram a participação da comunidade escolar como um todo, incluindo os profissionais da escola, alunos e responsáveis. Ainda existem relatos de participação da SMECD, e de elaboração do documento apenas por professores e funcionários.

Indagamos às profissionais sobre quais seriam as datas de alterações desses documentos. Neste ponto da pesquisa o número de participantes que não souberam responder caiu para nove. Acreditamos que devido à pandemia do Covid-19 o ano de 2019 tenha sido propício para atualização desses documentos, pois 12 participantes alegaram alteração nesse ano. Ainda existem relatos de alterações nos anos 2018, 2017, 2014 e 2011. Ao contrário da questão sobre a participação de elaboração do primeiro PPP das escolas, quando as participantes foram indagadas sobre quem participou da elaboração/atualização do último PPP, apenas seis não souberam responder. Doze alegaram a participação da comunidade escolar como um todo e três alegaram ainda que houve mudanças nas alterações de 2017 e 2019, enquanto que no primeiro ano participaram apenas direção e coordenação, na segunda alteração dentro deste período passou-se a contar com a participação de toda comunidade escolar. Em um cenário totalmente oposto, uma das professoras relatou que “ninguém participou” na atualização do documento.

Conforme VEIGA (2002), a gestão democrática é um dos princípios norteadores para construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola. Diante disso, impedir que a comunidade escolar como um todo, e principalmente, que professores sejam desprovidos do direito à participação na construção de metas, objetivos e escolhas pedagógicas rompe com os princípios de liberdade e autonomia desses profissionais, retomando paradigmas educacionais que já não fazem mais jus à nossa sociedade atual e, sobretudo, rompem com as possibilidades de uma educação crítica e de qualidade.

Ao questionarmos sobre a data da última atualização do PPP de cada escola, cinco alegaram não saber, 16 afirmaram ter sido no ano de 2019, e as outras três profissionais alegaram que a última atualização tenha ocorrido nos anos 2018 e 2014. Quando indagadas sobre suas participações nesta última atualização do PPP, 17 alegaram ter participado. Quanto às formas de participação na construção desses documentos existem relatos sobre elaboração e distribuição de questionário para comunidade escolar, elaboração de parecer e revisão de texto, levantamento e análise de dados, e participação e organização de reuniões e debates.

Perguntadas, ainda, onde são guardados os PPPs das escolas, 22 profissionais alegaram que este documento fica sob posse da gestão escolar, uma relatou que existe uma cópia digitalizada do documento na escola, e uma disse não saber. Quanto às situações em que o PPP é consultado, a maioria das profissionais (15), alegaram surgir o interesse de consulta nos momentos de dúvida ou interesse, o restante das profissionais relataram ainda que o documento é consultado quando professoras e estagiárias solicitam, quando ingressam na escola, quando há interesse em mudanças pedagógicas, no início do ano, ou quando existem reuniões de planejamento ou interesse em planejamentos anuais.

Indagadas se haviam sentido necessidade de consultar o PPP em algum momento, 18 profissionais afirmaram que sim. Sobre as circunstâncias em que surgiram essas necessidades e como se sentiram ao consultar o documento a maioria das profissinais relataram que o interesse seria que o documento auxiliasse

no planejamento anual e de práticas pedagógicas; à compreender o contexto escolar e verificar metas e ações pedagógicas; e sanar dúvidas sobre responsabilidades de cargos na escola. Duas profissionais relataram ainda que os documentos eram defasados e que não auxiliaram.

Em nossa última pergunta às profissionais, indagamos sobre o que elas acreditavam ser a serventia do PPP. As respostas mais incidentes foram que o documento serve para orientar e nortear o trabalho pedagógico; apresentar perfil de alunos, da comunidade, e metas escolares; e definir os princípios pedagógicos da escola. No espaço reservado para observações e comentários acerca dos PPPs, as 15 profissionais que se manisfestaram alegam preocupação com a validação e atualização desses documentos. Relatam que não há um retorno dos órgãos competentes para que esses documentos sejam homologados, e sentem a falta de *feedbacks* para que saibam se esses documentos estão de acordo com os propósitos que carregam. Alegam, ainda, preocupação para que esses documentos fossem mais valorizados pela comunidade escolar, e demonstram interesse no livre acesso para consultas.

VEIGA (2002) discorre que a avaliação é um dos princípios básicos concernentes ao PPP, e que estão embricados neste processo de avaliação a) a caracterização do problema, b) a compreensão sobre ele e c) o levantamento sobre as alternativas para enfrentamento e mudança para alcance das metas. Diante do exposto por algumas profissionais em nossa pesquisa, fica evidente que o amparo buscado nesses documentos não foi encontrado, evidenciando, mais uma vez, as lacunas existentes entre o que se propõe com os PPPs e a realidade escolar.

## 4. CONCLUSÕES

Pudemos verificar que ao longo dos anos há uma crescente preocupação e envolvimento das profissionais de educação com a elaboração e atualização dos PPPs. No entanto, esse envolvimento ainda está distante do que poderíamos considerar ideal. As profissionais ainda encontram dificuldades na participação e elaboração desses documentos que, por vezes, se dá pela própria gestão escolar, em outras, é a gestão escolar que encontra na falta de amparo dos órgãos competentes meios para manterem esses documentos atualizados.

Diante do exposto acima, da importância que o Projeto Político Pedagógico têm para a vida escolar, do cenário de disputas mercadológicas sobre a educação, e da ausência do estado para garantir uma educação pública e de qualidade, fica evidente que o PPP é uma ferramenta que pode e deve ser utilizada por todos profissionais da educação, necessitando ser mais publicizada e atualizada periodicamente, com a efetiva participação de toda comunidade escolar.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70ª ed. Lisboa, 1977.

LIMA, I.G.; GANDIN, L.A. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 69-84, 2012.

VEIGA, I.V. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I.V. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14ª ed. Campinas: Papirus, 2002.